

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE - CEDCA**

**ATA DA 271ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA  
Realizada em 07 de outubro de 2010.**

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e dez, às catorze horas, na sua sede, situada na Rua Correia de Araújo, número noventa e três, no bairro das Graças – Recife/PE é realizada ducentésima septuagésima primeira Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros (as) Maria de Fátima Menezes da Silva, titular e Maria Gildete da Silva Queiroz, suplente do Centro de Atendimento Lar do Bem Te Vi; Gênova Maria Silva, titular da Associação Santa Clara; José Rufino da Silva, titular e Elieser Cipriano Tenório suplente do Centro de Estudos e Desenvolvimento Social - CEDES; Maria de Lourdes de A. Viana Vinokur, titular e Nipson Richard Oliveira de Freitas, suplente da Associação Portadores de Direitos Especiais – PODE; Ricardo Alexandre da Silva, titular da Ação Social Paróquia Palmares-ASPP; Rosa Maria Lins de Albuquerque Barros Correia, titular e Danielle de Belli Claudino, suplente do Gabinete do Governador; Zanelli Gomes Alencar, titular da Secretaria de Defesa Social; Regina Celi de Melo André, titular da Secretaria de Educação; Aristéia José do Nascimento, suplente da Secretaria de Planejamento e Gestão; Almeri Bezerra de Mello, titular e José Fernando da Silva, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Também se registra a presença da diretora executiva Ana Célia Cabral de Farias e dos técnicos: Leonardo José Wanderley Feitosa, Luciano Pinheiro, Ana Elisabeth Harle de Castro, Josiane Maria de Oliveira, Eliane Mamede e representantes de organizações não-governamentais. A plenária é coordenada pela presidente, Rosa Barros, que submete a aprovação da pauta e das atas da ducentésima sexagésima nona Assembleia Ordinária e da centésima primeira Assembléia Extraordinária. Após a sua aprovação, a presidente inicia a discussão sobre o **Centro Estadual de Apoio às Vítimas da Violência de Pernambuco** - CEAV/PE, convidando a representante da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, Raquel Lacerda. A mesma relata que o CEAV é um programa que integra o Sistema Estadual de Proteção à Pessoa (SEPP), por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDS DH), executado pela Secretaria de Justiça de Direitos Humanos (SEJUDH), em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). O SEPP engloba os programas de Proteção e Assistência já existentes de forma articulada, sistêmica e integrada, o qual começa a ganhar arrimo em Pernambuco com o advento da Lei Estadual nº 13.371/07, que estimula iniciativas de proteção diferenciada e complementares aos órgãos de segurança e justiça. Relata ainda que o a sua criação está amparada no art.245 da Constituição Federal de 1988; na Lei Federal nº 9807/99 e também no Programa Nacional de Direitos Humanos. “Garantia do direito à Vida”. Que os primeiros estados a terem centros criados foram Santa Catarina e Paraíba. Em Pernambuco os Centros de Apoio a Vítimas de Crimes apoiados pela SEDH estão no Recife. Relata que o Sistema Estadual de Proteção à Pessoa – SEPP está dividido em eixo Proteção (PROVITA, PPCAM, PEPDDH, NAP) e eixo de Assistência (CEAV, CIAPPI, CECH). Sobre a missão do CEAV relata que é

assegurar o exercício de direitos das vítimas e familiares de crimes violentos (tentativa de homicídio, execuções sumárias, tortura, exploração sexual, tráfico de seres humanos, dentre outros) – por meio de atendimento nas áreas da psicologia, serviço social e jurídico, constituindo-se como instrumento de prevenção da violência, da impunidade e na promoção da cidadania. Explica que as atividades são: Garantir o apoio jurídico e psicossocial às vítimas atendidas pelo Centro; Oferecer o atendimento a casos individuais e emblemáticos; Mapear/articular a rede de atendimento no Estado (rede solidária); Participar de Fóruns de enfrentamento à violência; mobilizar os gestores dos municípios para a formulação de ações voltadas ao enfrentamento da violência no Estado; Gerar, produzir, difundir, fomentar, disponibilizar conhecimentos sobre Direitos Humanos através de ações educativas; Sistematizar informações, mediante dados estatísticos das vítimas atendidas. Após a apresentação a presidente inicia a discussão sobre a **Resolução do CEDCA/PE nº19/2007**, que resolve determinar que as organizações apresentem seus Projetos para análise, apreciação e deliberação do CEDCA/PE antes de desencadearem a captação de recursos, utilizando o dispositivo legal de dedução de imposto de renda de pessoa física ou jurídica. A conselheira Lourdes Viana **informa** que no dia vinte e três de agosto de dois mil e dez, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro obteve uma vitória significativa em julgamento no Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Que por unanimidade, os desembargadores julgaram procedente a representação de inconstitucionalidade da Lei nº 5.459/09, que previa a criação de um Certificado de Captação e credenciava entidades governamentais e não-governamentais a obterem recursos financeiros, por meio de doações, dedutíveis do imposto sobre a renda, destinadas, em tese, a execução de projetos na área da infância. Chama a atenção sobre as “doações casadas ou verba carimbada” que estão sendo questionadas em vários estados brasileiros com provocações ao Ministério Público porque quando o recurso da empresa, proveniente da renúncia fiscal (1%) entra no Fundo da Criança e do Adolescente ele se torna recurso público e só deve sair do Fundo respeitando o art. 37 da Constituição Federal: impessoalidade, moralidade e interesse coletivo. Então se o recurso pago ao imposto de renda não é mais da Empresa esta não pode indicar para qual projeto deve ir. A defesa das Entidades da Sociedade Civil presentes aos vários Fóruns Municipais e Estadual é que os empresários devem sim colocar Recursos no Fundo (art.260 do ECA) e os Conselheiros devem deliberar um EDITAL Público para as entidades do município poderem acessar conforme linhas, prioridades de ação e planos de aplicação dos recursos. A conselheira explica que participa há um ano da comissão de finanças e que ficou perplexa com os valores dos projetos aprovados através da Resolução do CEDCA/PE nº 19/2007. Pela análise realizada, em quatro anos, de 2006 a 2010, sete entidades não-governamentais receberam em sua totalidade R\$ 10. 622.878,07, uma das quais, o Instituto do Fígado, de 2006 a 2010 recebeu sozinha, R\$ 7.100.559,60 com o agravante de que sua natureza jurídica e suas ações não são compatíveis com os Planos de Ação e Aplicação do FEDCA. Enquanto uma instituição que passa pelo processo de Edital público do CEDCA /PE consegue, por exemplo, o valor aproximado de R\$ 35.000,00 por ano, caso tenha o projeto aprovado pela Comissão Externa de Avaliação. Essa modalidade criou uma casta privilegiada no CEDCA. As apresentações dos Projetos, continua a Conselheira Lourdes Viana, ocorrem no final das Reuniões Plenárias, em algumas das quais a mesma não estava presente dado o adiantado da hora. A conselheira informa ainda que o Fórum Estadual das Entidades da Criança e do Adolescente reunido em 06 de outubro de 2010 decidiu por unanimidade solicitar ao CEDCA/PE a sua decisão de ser

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 – Graças CEP 52011-290 Recife – PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 [www.cedca.pe.gov.br](http://www.cedca.pe.gov.br) - [cedca@cedca.pe.gov.br](mailto:cedca@cedca.pe.gov.br)

97 **contrário à referida** resolução e solicita **aos Conselheiros a** revogação da mesma. A  
 98 presidente Rosa Barros **registra** que todos os projetos **foram** aprovados com o voto da  
 99 conselheira Lourdes Viana Vinokur e passa a palavra para o conselheiro José  
 100 Fernando da Silva que explica que nunca participou de um debate que houvesse  
 101 consenso sobre o assunto. Relata ainda que na ocasião em que esteve presidente do  
 102 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA convidou o  
 103 Ministério Público do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul para discutirem o assunto.  
 104 Que esse tema tem a mesma gravidade da discussão sobre a redução da maioria  
 105 penal, “onde um grupo defende e outro não”. Diz ainda que o mais prudente é enviar a  
 106 resolução para a consulta ao Supremo Tribunal Federal. A conselheira Gênova Maria  
 107 Silva diz achar estranho, que em nenhum momento a conselheira Lourdes Vianna  
 108 votou contra os sete projetos por ela citados. Questiona o motivo pelo qual esse  
 109 assunto não foi discutido antes nas plenárias anteriores. A promotora de Justiça Rosa  
 110 Cavalcante pede a palavra para falar que existe um procedimento sobre a verba  
 111 casada e que a resolução não possui consenso. Aponta que já existe uma ação civil  
 112 pública no Rio de Janeiro que é desfavorável e que por meio dela também é possível  
 113 haver um posicionamento sobre o assunto em Pernambuco. Explica ainda que o  
 114 CEDCA/PE tem o papel de deliberar sobre a política da criança e do adolescente **e**  
 115 **que o mesmo não precisa esperar decisões de órgãos externos para tomar a sua**  
 116 **decisão. Convidou todos e todas conselheiros a fazer história no estado de**  
 117 **Pernambuco votando pela nulidade da Resolução nº19/2007 e pelo zelo a coisa**  
 118 **pública.** Que antes disso é importante discutir o que é prioridade no município e que a  
 119 discussão do Ministério Público é que o Conselho Estadual assuma o seu papel  
 120 constitucional. A promotora de justiça fala ainda sobre o Instituto do Fígado de  
 121 Pernambuco que funciona em um prédio público e que deverá ser observado o que a  
 122 entidade está fazendo com os recursos públicos. **Indaga ainda se a questão hepática**  
 123 **foi deliberada pelo CEDCA no seu Plano de Ação e de Aplicação como uma prioridade**  
 124 **a ser apoiada por este colegiado.** Explica que a questão é de moralidade. Em seguida,  
 125 a palavra é passada para a conselheira Maria Gildete Queiroz que diz que em 2006  
 126 lamentava porque os recursos passavam para o Fundo Estadual sem os projetos  
 127 serem aprovados, ao contrário do que acontece atualmente, quando o projeto deve ser  
 128 aprovado antes de captar recursos para o Fundo Estadual. A mesma questiona as  
 129 promotoras de justiça presentes **à** assembléia, Rosa Cavalcante e Jacqueline  
 130 Elihima, sobre como é feita a fiscalização e controle dos recursos internacionais e  
 131 federais que as entidades recebem. O Conselheiro José Rufino da Silva diz que a fala  
 132 da promotora é bastante esclarecedora e que muitas vezes considera a aprovação dos  
 133 projetos injusta, onde uns para serem aprovados precisam passar por um edital e  
 134 outros não. E que considerando os fatos, o Conselho deve se posicionar para que  
 135 resolução seja revogada. A conselheira Maria de Fátima Menezes fala sobre a  
 136 importância de esclarecer os posicionamentos dos representantes do CEDCA/PE,  
 137 lembrando das vezes em que os projetos necessitaram de alterações e  
 138 recomendações para que fossem aprovados pela plenária. O Conselheiro José  
 139 Fernando Silva pede a palavra para dizer que em nenhum momento esteve  
 140 participando de lavagem de dinheiro ao aprovar projetos. Que a resolução do  
 141 CEDCA/PE não fere a moralidade e que a Resolução nº137/2010 do CONANDA, com  
 142 exceção do artigo 12, que serve para nortear o financiamento dos Fundos da Infância  
 143 e Adolescência. Diz ainda que a Resolução 19/2007 deve ser mantida, pois considera  
 144 que a mesma não tira a autonomia do Conselho Estadual. Considerando as  
 145 discussões levantadas, o CEDCA/PE delibera pela permanência da Resolução

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 – Graças CEP 52011-290 Recife – PE Tel. (81) 3184 7000

CNPJ 10.5710982/0001-25 [www.cedca.pe.gov.br](http://www.cedca.pe.gov.br) - [cedca@cedca.pe.gov.br](mailto:cedca@cedca.pe.gov.br)

nº19/2007, com 04 votos contra e seis votos a favor da permanência quando será aguardada a resposta da consulta feita ao CONANDA sobre o referido assunto. Sobre a eleição dos novos conselheiros do **Conselho Tutelar de Fernando de Noronha** a comissão designada pelo Pleno relata que as inscrições dos candidatos a conselheiros estão ocorrendo no mesmo período da Eleição do Conselho Distrital e que por esse motivo existem poucos inscritos. A plenária delibera, portanto, que a Comissão publique um novo edital, contendo um novo cronograma. Em seguida, a presidente passa para o **Relato da Câmaras Temáticas. Câmara de Medidas Socioeducativas e Protetivas:** Sobre o projeto Construção de um Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino, apresentado pela Fundação de Atendimento Socioeducativo - Funase, o CEDCA/PE considera que foram cumpridas no projeto as recomendações feitas pela plenária nas assembleias anteriores e delibera pela aprovação do mesmo. Recomenda ainda que a Secretaria de Educação encaminhe a proposta pedagógica da Funase. Considerando a importância de uma discussão com os diversos atores que atuam na área da infância sobre o tema, delibera também que seja realizado um encontro estadual de articulação e fortalecimento da execução dos programas socioeducativos. **Câmara de Políticas Públicas:** A comissão relata que os projetos a serem citados foram apresentados com o objetivo de participarem do processo de seleção da Petrobras. Sobre o projeto Toques e Retoques para Mudar Rio Doce apresentado pelo Centro de Desenvolvimento Integral Criança do Reino - CDI, o Conselho Estadual delibera pela não aprovação do projeto, considerando que o referido projeto não está de acordo com os eixos estabelecidos no edital da Petrobras. Sobre o projeto Música Minha Arte apresentado pela Associação dos Deficientes de Peixinhos - ADEPE, o CEDCA/PE delibera pela não aprovação do projeto, considerando que o mesmo não está de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Edital da Petrobras. **Câmara de Articulação e Comunicação:** Sobre a composição das Comissões Julgadoras do Concurso Arte Livre o CEDCA/PE delibera que sejam convidados os mesmos participantes da edição anterior. A Câmara também faz o relato sobre a Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares de Pernambuco – ACONTEPE que solicita do CEDCA/PE o apoio na viagem de ida e volta da delegação pernambucana para participar do V Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, que será realizado no período de 16 a 20 de novembro de 2010, em Luziânia/ Goiás. A plenária delibera pelo o apoio desde que seja feita uma consulta sobre a disponibilidade orçamentária. Em seguida a presidente Rosa Barros agradece a presença de todos os presentes, encerrando a Assembléia às 18:20h. (dezoito horas e vinte minutos). Para constar, esta Ata foi lida, aprovada e assinada pela Presidente.

**Rosa Maria Lins de Albuquerque Barros Correia**